

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A LUTA POR ACESSO À EDUCAÇÃO EM COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO SOBRE AXIPICÁ-PA

REGIANE PRATA DE MATOS¹

GREYSSY KELLY ARAÚJO DE SOUZA²

LEILIANE AMAZONAS DA SILVA³

SARAH THAYS NASCIMENTO ANDRADE⁴

LUZINETE BATALHA LIMA⁵

RESUMO

O amplo acesso à escolarização em Axipicá-PA ainda é um desafio em decorrência de vários fatores estruturais e conjunturais que atingem a comunidade e a escola, com base em Matos (2023). Estudos do Serviço Social na área de educação, ao propor reflexões sobre as expressões da questão social, somam forças junto aos movimentos sociais de educação do campo tencionando para a construção de estratégias de enfrentamento das desigualdades via políticas públicas.

Palavras-chave: Questão Social; Escolarização; Comunidade Rural/Ribeirinha; Amazônia; Brasil.

ABSTRACT

Broad access to schooling in Axipicá-PA is still a challenge due to several structural and circumstantial factors that affect the community and the school, based on Matos (2023). Social Service studies in the area of education, by proposing reflections on the expressions of the social issue, join forces with social movements for rural education, aiming to build strategies to address inequalities through public policies.

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade Federal do Amazonas

Keywords: Social Issue; Schooling; Rural/Riverside Community; Amazon; Brazil.

INTRODUÇÃO

O caminho para a efetivação do acesso à escolarização de estudantes de Axipicá-PA ainda é um desafio, em decorrência de vários fatores estruturais e conjunturais que atingem a comunidade e a escola. O presente estudo traz um debate sobre a escolarização baseado no estudo realizado por Matos (2023), sobre o tema condições de acesso, permanência e escolarização de em comunidade ribeirinha.

Logo, refletiu sobre aspectos presentes na comunidade que têm colaborado com o deslocamento migratório dos estudantes e suas famílias, em busca por oportunidades educacionais no espaço urbano. Diante deste cenário, o enfrentamento deve ser construído a partir de a) investimento para melhoria das condições estruturais da comunidade e da escola; b) de maior financiamento de programas e políticas para a educação do campo, c) do fortalecimento da organização política dos movimentos sociais da educação do campo em Axipicá e d) de maior participação e fiscalização do poder público, este que deve estar presente e atuante em todos os territórios garantindo o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis, para todas e todos aqueles que dela necessitam.

O Serviço Social na área de educação ao propor reflexões sobre as expressões da questão social presente no acesso a escolarização em comunidade rurais/ribeirinhas, soma forças junto aos movimentos sociais de educação do campo, tencionando para a construção de estratégias de enfrentamento das expressões da questão social via das políticas públicas mais eficazes pelo Estado.

Entretanto falando de Amazônia, para a grande parcela da população que vivia no interior do país como os posseiros, as populações ribeirinhas e os povos indígenas, o governo JK representou deslocamento, expropriação e exclusão (Moreira, 2003). Os problemas sociais expressos no aumento do êxodo devido a modernização agrícola e concentração latifundiária no campo reprimia a produção camponesas familiar em contraposição a mecanização da produção.

A implantação dos grandes projetos minerais na Amazônia teve como fruto a inserção fiscal na região, perante o sistema capitalista mundial, situa o município de Oriximiná no Pará como um dos maiores projetos mineração de bauxita do Mundo. Em umas das operações na região, foi realizada a operação do Projeto Trombetas na década de 1970, que ocasionou múltiplas transformações no âmbito sócio espaciais, políticas, econômicas, demográficas e

ambientais (Paulino, 2015). Apesar de portar um dos maiores projetos de 14 mineração do mundo é visível as desigualdades presentes neste território, tal como a oferta de escolas para a sua população e até mesmo o acesso a luz elétrica, que não chega ao acesso de várias comunidades rurais no interior de município Oriximiná-PA

De acordo com Souza, Melo e Lucimi (2012), o acesso implica em considerar as profundas e históricas diferenças que tangenciam o modo como o direito à educação vem sendo concretizado no Brasil, pois é incontestável que a Constituição Federal (CF) de 1988 permaneça tão distante de uma concretude aos sujeitos que compõem o sistema de educação brasileiro, em especial o que está previsto no artigo 205 que positiva a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. É possível destacar no âmbito dos direitos não efetivados, o que temos previsto através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, no artigo 28, que indica que deve haver a oferta da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) para a população rural, e ainda que os sistemas de ensino devem promover adaptações as particularidades da vida rural no currículo, calendário escolar e a realidade do trabalho do campo. Oferta que, no caso de Axipicá, não tem se aplicado efetivamente.

O Brasil adentrou no processo de redemocratização somente nos anos de 1988, posteriormente vivenciou uma contrarreforma neoliberal, com o período de privatizações dos anos de 1990. Paulatinamente as mudanças foram acontecendo no cenário político e econômico, com maior investimento na educação pública, em especial, a partir dos anos 2001 no governo do Presidente Lula. Período onde se retomou o desenvolvimento econômico com a justiça social e equidade, oferecendo novos horizontes para combater a questão da desigualdade no Brasil através do acesso à educação.

Apesar deste processo positivo, recentemente vivenciamos um cenário mais caótico de retrocessos, redução e congelamento de investimentos nas políticas sociais em 2016 no governo interino, que congelou por 20 anos os recursos para políticas como saúde, educação e assistência social. Em seguida, experimentamos os anos mais complexos do pós-ditadura militar, entre 2019 e 2022, com um governo antidemocrático que atacou severamente as políticas sociais, período este que dividiu espaço com a crise sanitária da pandemia do Covid-19.

O interesse por este debate sobre as condições de acesso, permanência e escolarização de estudantes de comunidades rurais/ribeirinhas ocorre pela relevância da política de educação para o Serviço Social, este que se mantém na luta pela defesa intransigente dos direitos sociais e luta em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Para realizar o estudo, partimos de uma breve revisão bibliográfica sobre o tema êxodo rural, questão social e educacional na Amazônia, e Serviço Social e o debate sobre a educação do campo, seguido de pesquisa qualitativa de campo na qual realizou-se entrevista semiestruturada e observação participante. Nesta direção, o referencial teórico nos permitiu analisar os dados a partir de duas grandes dimensões “a escola Municipal Santa Terezinha” e as “Condições de Acesso, Escolarização e Deslocamento dos estudantes de Axipicá-PA, dando ênfase a história da escola, a estrutura escolar, o perfil socioeconômico e territorial dos estudantes, principais dificuldades para o acesso; e projetos e políticas educacionais existentes.

O ÊXODO RURAL/RIBEIRINHO NA REALIDADE AMAZÔNICA

O êxodo rural é um fenômeno social definido como o deslocamento de pessoas do campo (zona rural) para as cidades (zonas urbanas), incentivados por fatores diferenciados que contribuiu com a intensificação do processo de urbanização nos grandes centros urbanos no Brasil, devido ao aumento migratório para as cidades (Jacques, 2011).

O contexto histórico de ocupação da Amazônia ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 a Amazônia é marcada pela concentração fundiária e o aumento dos conflitos sociais. Os grandes projetos hidrelétricos, minerais e de colonização, ocasionaram a ocupação desordenada no campo, na cidade e o crescimento das principais cidades da Amazônia, como ressalta Souza (2009).

A ocupação na Amazônia entre a década de 60 e 70, que refletiu em um compulsório deslocamento migratório, apresentou vários problemas da questão agrária e ambientais na região, principalmente pela presença dos grandes projetos hidrelétricos, de mineração e colonização. Com as implantações dos projetos Modernizador desenvolvimentista no estado do Pará, implicou durante anos o aumento compulsório migratório interno e externo devido à oferta de emprego e de uma vida melhor. Nesse cenário, situa o município de Oriximiná, que vivenciava as grandes transformações no sentido espaciais, sociais, políticas, econômicas, culturais e principalmente demográficas e ambientais, motivado pela inserção das políticas de desenvolvimento regional norteadas ao sistema capitalista mundial durante o regime militar (Paulino, 2015 p.12).

As descobertas de reservas minerais a Província Mineral do Carajás, a região do Trombetas em Oriximiná-PA, de Paragominas e do Tapajós, todas no Estado do Pará, coloca em destaque a Amazônia Oriental presente nos estados do Pará. Com este movimento de busca de

minerais para serem explorados, o fluxo migratório foi aumentando e se agravando no âmbito socioambientais, justamente por causa da implantação dos grandes projetos Minerais. É relevante destacar que, com a chegada dos representantes governamentais e das empresas que fazem parte da Mineração Rio do Norte (MRN) desencadeou o crescimento demográfico na região.

Durante o processo de ocupação/integração proporcionou grandes fluxos migratórios na região do Baixo Amazonas, provocando o aumento ainda mais o grau de exclusão do processo de expropriação de terras na região, refletida nos conflitos de terras violento. Estes fatores causaram um grande deslocamento migratório compulsório das populações existentes de outros contingentes para novas áreas dentro da região, e constituindo novas comunidades rurais e ao mesmo tempo ocasionando o êxodo rural para os municípios do Baixo Amazonas.

Podemos identificar as dinâmicas das ações modernizadoras durante a implantação dos projetos de exploração de minérios na região do Trombeta em suas facetas. Por meio do relato oral de uma das primeiras professoras que apresentou a formação da comunidade através de sua experiência como educadora. De acordo a moradores da comunidade Comunidade Axipicá-PA recebeu esse nome por antigos moradores que se fixaram na região naquele momento, a referida comunidade se constituiu durante o período de grande destaque da Amazônia Oriental, devido à trajetória desenvolvimentista que proporcionou esses deslocamentos migratórios se intensificaram ao longo da história.

No Baixo Amazonas, oeste do Pará, localiza-se o município de Oriximiná no rio Trombetas, uma região belíssima que exhibe em si uma grande riqueza em recursos naturais e minerais, que entre estas está a extração da bauxita pela Mineração Rio do Norte e outras empresas. E destaque-se a comunidade Axipicá-PA

Segundo o Plano Diretor de Oriximiná (2015) o município situa-se a Oeste do Estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e na Microrregião de Óbidos, faz limites a Oeste com Faro e o Estado de Roraima; a Leste, com Óbidos, ao Norte, com Guiana Francesa e Suriname; ao Sul com Juruti e Terra Santa. O município de Oriximiná possui a extensão de uma área territorial de 107. 445,91 km², limite pelas coordenadas 1° 46' 00" S e 55° 51' 30" W.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A Educação no Brasil perpassou momentos difíceis durante processo de conquistas na história e até nos dias atuais enfrenta grandes dificuldades em construir uma política pública que materialize e viabilize o direito a educação do campo. As múltiplas realidades das regiões que

fazem parte do nosso país, que se localizam nos espaços rurais, em especial a realidade da região Amazônica, ainda sofrem com o descaço das autoridades responsáveis em relação à implementação da educação do campo.

Como destaca as autoras Ferreira e Brandão (2011), [...] Para o desenvolvimento, realizamos um resgate da história desde o Império, passando pelas diferentes constituições do Brasil até as produções acadêmico-científicas pós “I Conferencia Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, em 1998. (FERREIRA; BRANDÃO, 2011, p. 02)

A conjuntura histórica da educação oferecida nas zonas rurais esteve no passado e até hoje encontra-se atrelada a educação urbana tecnocrata, dando espaço as mudanças políticas e sociais que caracterizou as reivindicações daquela época. Os movimentos sociais do campo se destacaram significativamente na década de 80, tais reivindicações também foram os principais ícones que prevaleceram durante as discussões em encontros científicos sobre a construção uma educação de qualidade.

Tais discursões e entre outros acontecimentos sócio-políticos contribuíram com as duas principais bandeiras de luta do Movimento Por uma Educação do Campo adequada as múltiplas realidades do campo, a inclusão das demandas do campo na agenda política do país contribuiu com a construção do conceito de Educação do Campo na política de educação. A partir dessa análise é importante refletir sobre as políticas públicas educacionais que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos e o porquê da defesa de políticas públicas específicas para o campo englobado nas reivindicações.

No processo de instrução da educação do campo nos movimentos sociais e na LDB, trouxe os desafios e conquistas mediante a implementação dessa política nas áreas rurais. Assim, ao longo da história da Educação do Brasil o modelo tecnocrata e, além de outras influencias na dinâmica de ensino que de certa forma intensificou a exclusão social das camadas sociais no seio do processo de desenvolvimento e industrialização do país.

A política pública foi à forma de integrar a educação do campo enquanto um direito que está presente na sociedade civil e que tem como finalidade destinar recursos públicos para atender a população camponesa. Essa discussão partiu de movimentos de políticas públicas adquire ainda maior centralidade na história da Educação do Campo a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo realizada em 2004, quando se consolida, como sua palavra de ordem, a expressão “Educação do Campo: direito nosso e dever do estado”.

A educação do campo é, portanto, impregnada pela luta por uma educação igualitária,

mais democrática e que deve chegar ao alcance de todos. Assim, por ser constituída por valores contra hegemônicos e democráticos, a educação do campo enfrenta avanços e recuos no processo de implementação dos seus princípios e das noções de cidadania, formação política, histórias de vida, memórias e identidades a eles atrelados.

Bicalho (2021) pontua a diversidade presente nas escolas do campo, composta por pescadores, ribeirinhos, caiçaras, atingidos por barragens, pequenos agricultores, acampados e assentados da reforma agrária, aldeias indígenas, territórios quilombolas, entre outros sujeitos/povos do campo. Este espaço possibilita a experiência da educação para a cidadania, contextualizada e consciente dos problemas presentes em cada território.

A centralidade das lutas em prol a educação do campo não abre mão da atuação incisiva do Estado, além disso, a pressão dos movimentos sociais torna-se importantíssimo as necessidades do campo. No entanto, é importante ressaltar que, a presença da globalização na trajetória da expansão econômica da Amazônia intensificou os avanços das implantações dos projetos modernizadores em uma ótica contraditória e complexa, onde as forças dominantes têm sido as do Capital financeiro manifestando a polariza a situação dos atores sociais em sua peculiaridade conforme apresenta os estudos de Santiago e Freitas (2005).

Desse modo, a intervenção dos governos militares no Pará passou a contar com uma política desenvolvimentista que provocou o processo migratório intenso nas alterações socioespaciais em alguns locais, devido à implantação de grandes projetos agrominerais e agropastoris e etc. As políticas públicas infelizmente ao longo da história, vem enfrentam o fenômeno da pobreza em uma aprofunda exclusão da população.

E mais ainda, os impasses do neoliberalismo está relacionando ao equilíbrio social é do resultado livre mercado direcionadas aos interesses da elite dominante pelo aumento das riquezas e relações de poderes políticos econômicos com outros países. E com o estado mínimo de direitos, esse mínimo na ação do Estado existindo o mínimo de regulação possível nas políticas distributivas compensatórias passar a ter um caráter seletivo e não universal (Teixeira, 2002, p. 03).

As margens dos interesses capitalistas a discussão de integrar políticas de preservação através do desenvolvimento da economia sustentável em benefício da biodiversidade Amazônica. Neste cenário capitalista, que as contradições refletem a exclusão social e educacional contribui para a negação dos direitos dessas populações que residem no meio rural, além, de precarizar o acesso a escolarização do sujeito do campo faz parte. A educação no meio rural não obteve o

apoio necessário por parte do estado por anos, isso levou a privação dos povos que moram no campo do acesso as políticas e serviços públicos em forma geral.

Para refletir sobre o papel do Serviço Social no âmbito da Educação, é importante destacar que este atualmente tem constituído suporte as atribuições da trajetória das questões sociais nas intuições pública de ensino no Brasil, explicitando o quão enriquecedor é o trabalho interdisciplinar entre o Assistente Social e os demais profissionais inseridos no contexto escolar. E diante da ofensiva neoliberal no contexto sócio-político e econômico é possível identificar os reflexos das implicações na complexidade dos problemas encontradas no cotidiano escolar.

É importante destacar que a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930 desde as suas origens, e mais acentuadamente com o trabalho desenvolvimentista de comunidade junto a missões rurais do campo entre os anos de 40 e 50, em prol de adequar a sociedade aos moldes capitalistas conforme apresenta Ammann (2003).

É criado em 1955, por convenio com o Ministério de Agricultura, o Serviço Social Rural (SSR). Seu objetivo precípua é iniciar sob ação de um plano racional e conjunto, a árdua tarefa de procurar resolver e recuperar as comunidades rurais brasileiras. (Ammann, 2003, p. 35). Ou seja, a temática da educação está presente desde a origem da profissão, e seguia um caráter desenvolvimentista.

Houve uma consolidação gradativa deste campo de atuação. Podemos verificar que em muitos estados as particularidades da intervenção do Serviço Social na Educação ganharam destaque nos espaços de organização e na agenda de nossa categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS/CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões nos encontros nacionais da categoria, conforme nos apresenta o material de Subsídios para o Trabalho do Assistente Social na Educação (CFESS, 2011).

Ainda de acordo com os Subsídios para o Trabalho do Assistente Social na Educação (CFESS, 2011), foi no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS 2001 que a categoria realizou proposições de âmbito nacional e neste mesmo ano de 2001 construiu o “Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação” pelo CFESS, onde foi desenhado o documento “Brochuras: Serviço Social na Educação”. Para conhecimento, somente em 2019 tivemos a consolidação da luta pelo espaço sócio ocupacional do Assistente Social nas Escolas, com a Lei 13.935, publicada em dezembro de 2019, esta que dispõe sobre a prestação de serviços de Serviço Social e Psicologia nas redes públicas de educação básica. De acordo a Lei, estes serviços irão “atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por

meio de equipes multiprofissionais”, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Ao analisar os resquícios histórico e discriminatório durante o processo educacional no Brasil, nos permitir identificar mudanças significativas na Constituição Federal de 1988, que conduziu a consolidação da construção das políticas de Educação pela emancipação dos direitos sociais ao longo dos anos.

Nesse período que se deu o reconhecimento da criança como sujeito direito, que de certa forma eram políticas paliativas caracterizadas pela filantropia em termos de proteção e garantia de direitos. E, além disso, foi criado em 1990 a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para reforçar e assegurar a participação da família e da sociedade em geral, na efetivação dos direitos da criança e do adolescente, como prioridade absoluta do poder público.

[...] a inserção da educação como um direito social e as falhas do governo diante da sua operacionalização, frente a um segmento pauperizado da população brasileira, transferindo sua responsabilidade às escolas filantrópicas criadas pela sociedade civil, a fim de tentar suprir com a necessidade de uma educação de qualidade para ao menos uma parcela das famílias excluídas socialmente e economicamente. (Bezerra, 2017, p.14).

A política educacional foi se consolidando e atualmente é composta pela LDB e também pelo Plano Nacional da Educação (2011 – 2020), dentre outras políticas sociais e projetos voltados para a educação. E resumidamente, o contexto histórico educacional foi marcado por rupturas e conquistas que estiveram presente no modelo elitista e conservadora e tecnocrata de educação, bem como os avanços e lacunas que ocorreram nas últimas décadas.

Com a realidade desigual que nós vivemos e o anseio por tornar o ensino formal viável para todos os cidadãos, a “inclusão social” também passou a ser umas das principais pautas de debate na história da educação enquanto direito social, na perspectiva de incluir crianças, adolescente, jovens e adultos, expostos a uma vida precária de vulnerabilidade e riscos sociais, como também efetivar o acesso à educação aos estudantes com deficiência e aos negros, sobre os quais se apresenta uma trajetória de dificuldades e discriminações no acesso à educação formal (Silva; Bezerra, 2017, p. 27).

O ambiente escolar como qualquer outra instituição esteve atrelado a uma sociedade capitalista e desigual, constituída pelas diversas expressões da questão social que engloba as camadas sociais a qual as famílias fazem parte, expostas a um cenário de vulnerabilidade e exclusão social. Cabe dizer que a educação possui demandas importantes que carecem da intervenção do Assistente Social, que em conjunto a equipe multidisciplinar deve buscar alternativas de trabalho e estratégias. Como exemplo, podemos destacar o baixo rendimento escolar, a infrequência e a evasão que são fatores sociais, culturais e econômicos que interferem

nos processos relacionados ao campo escolar (Oliveira; Santos, 2018, p. 10).

As diferentes manifestações das expressões da questão social nas unidades familiares sendo inevitável a exposição dessas problemáticas sociais, devido ao desemprego, baixa renda, fome, destruição, drogas, pais negligentes entre outros. Neste sentido, refletir no “baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar e na violência”, a complexidade das expressões sociais emerge a necessidade do enfrentamento a essas demandas, justificando a inserção do profissional de Serviço Social nas escolas públicas.

O Serviço Social no âmbito da Educação e suas ações interventivas têm enfrentado as questões a complexidade dos problemas encontrados nas escolas, pois em pleno século XXI, que ainda temos instituições educacionais precarizadas. Expõem diversos problemas sociais e materiais devido à falta de investimento e abandono do poder público, como a questões de baixa remuneração dos professores, a ausência de profissionais na equipe interdisciplinar voltado para os estudantes. Ou seja, o trabalho do assistente social em equipe interdisciplinar na educação deve auxiliar as ações educacionais proporcionando a pratica da inclusão social, possibilitando o conhecimento das peculiaridades da realidade de toda a comunidade escolar.

Vale destacar ainda que, as escolas públicas têm vivenciado diversas ocorrências diárias em relação ao reflexo da realidade de famílias que vivem em situações de vida precária na sociedade, por estarem inseridas a um sistema desigual capitalista.

O Serviço Social na área da educação se dá de forma interdisciplinar entre o Assistente Social e os demais profissionais inseridos no contexto escolar. Tendo em vista que o fortalecimento da rede socioassistencial se articula para atender as demandas em caráter específico de urgência, através do envio de encaminhamentos as instituições que integram a rede como, por exemplo, o Fórum de Justiça, Defensoria pública, Ministério público, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde, CRAS e CREAS e etc.

O trabalho do Assistente social na educação apoia-se na garantia de direitos e no crescimento social, político e cultural dos sujeitos. No seu trabalho, realiza análises das realidades sociais por meio do seu atendimento, articula programas e políticas educacionais com demais políticas públicas para atender as diversidades, além de construir, implementar, avaliar a formulação e execução de programas voltados para políticas sociais para prevenir violências e ampliar os direitos através da educação. O compromisso profissional ético-político social do assistente social vem construindo novas estratégias interventivas nas escolas, institutos e universidades, da educação infantil ao ensino superior.

A educação do campo no Brasil enfrenta desafios históricos e contemporâneos que refletem as complexas questões sociais e econômicas das áreas rurais. A integração da educação do campo nas políticas públicas é essencial para garantir o direito à educação e superar a exclusão social. O Serviço Social desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e na intervenção nas questões educacionais, colaborando com a equipe multidisciplinar para enfrentar os desafios e melhorar a qualidade da educação. O fortalecimento das políticas públicas e a atuação efetiva do Serviço Social são fundamentais para assegurar uma educação que atenda às necessidades e demandas das populações rurais, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

A EDUCAÇÃO EM AXIPICÁ – PA ATRAVÉS DO ESTUDO DE MATOS (2023)

Para Iamamoto, a conceituação de questão social é, [...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

No entanto, a onda neoliberal promove escassez de recursos para atender a todas as demandas sociais em suas totalidades e peculiaridade fragiliza as ações de um projeto ou programa no campo da política pública. Como consequência, os bens e serviços públicos desejados pelos diversos indivíduos se transformam em motivo de disputa ou em alguns momentos troca de favores, pois a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A presença ativa dos movimentos sociais nas questões de interesses geral dentro de um campo contraditório onde os conflitos se limitam entre o público e privado. Nesse momento, cabe ao Estado formulador de Políticas Públicas conseguirem perceber, compreender e selecionar as diversas demandas na área da saúde, moradia e etc.

De acordo com Behring e Boschetti (2016) as políticas sociais podem ser consideradas desdobramentos e/ou respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo. Assim, segundo as autoras, o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau do desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composição de forças no âmbito do Estado.

Destaca Ferreira e Brandão (2011, p.09), “as políticas públicas integram a educação do campo enquanto um direito que está presente na sociedade civil e que tem como finalidade destinar recursos públicos para atender a população camponesa”. As ações das políticas educacionais correspondem à participação social sendo responsável pela diminuição das desigualdades sociais atrelada às políticas públicas, e com a neutralização das expressões das questões sociais sendo reivindicados por essas políticas. Sabemos que a educação, mesmo sendo um direito fundamental para o desenvolvimento moral, social e crítico do ser humano, assegurada pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, ainda enfrenta muitas barreiras para ser pensada e tratada como um direito, logo devendo alcançar a todas as pessoas.

Neste sentido, buscamos refletir sobre a questão socioeducacional presente no território Amazônico investigado, em especial buscando pontuar que primeiro para compreender o processo de povoamento no campo é importante esclarecer e definir o conceito de comunidade que será usada para refletir e analisar sobre a organização sociopolítica da comunidade Axipicá, que fica próxima ao município de Oriximiná no estado do Pará.

De acordo com os autores como Lira e Chaves (2016), o conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais no qual, junto com o conceito de sociedade, constituem as unidades mais complexas na Sociologia. Elas congregam agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. De forma geral, o termo comunidade é utilizado por grande parte da população para denominar e situar as áreas localizadas na zona rural. Geralmente reconhecida nas expressões da concepção regional a “Comunidades Rurais”, ou “Comunidades do Interior”, sendo que estes termos são adotados pelos diversos órgãos municipais.

Assim como outras comunidades rurais da época, a comunidade de Axipicá viabilizou a construção de uma pequena escola que a princípio se chamou de São Tomé, oferecendo apenas as primeiras séries iniciais de 1ª a 4ª série formando uma classe multisseriada.

E conforme a professora entrevistada, ao chegar na comunidade não havia estrutura para a implantação da escola, mas foi a própria comunidade que lutou para que a educação fosse implantada. Assim, de acordo a entrevistada, *“barracão da comunidade no dia 19/02/1980, onde lecionei para 60 alunos em barracão coberto de palha de uma palmeira chamada Inajá. Ao passar dos anos com ajuda dos pais conseguimos uma escola onde continuei a trabalhar, as coisas foram evoluindo o prefeito mandou construir uma escola onde foi nomeada de Santa Terezinha* (Professora 2).

Diante disso, os comunitários se organizaram para conseguir a construção de uma escola em Axipicá para garantir o direito de estudar na escola da comunidade ribeirinha. Sobre esta questão Bicalho (2021) comenta que, “nos processos de formação e experiências educativas reais, os movimentos sociais lutam por escolas que protagonizam histórias, individuais e coletivas, problematizando-as. A luta por uma educação do campo passa pelo enfrentamento das várias cercas impostas pela escola tradicional, com seus projetos autoritários e deslocados da realidade camponesa” (Bicalho, 2021 p.90).

Sobre o perfil socioeconômico dos entrevistados, a renda desses sujeitos do campo tem como base as atividades de pescas, agriculturas, destacar a interlocutora, *“A comunidade é boa de convívio de renda também, mas são pessoas de renda baixa, que só vivem de aposentadoria e o benefício da bolsa família mesmo a renda que tem na comunidade. É igual à outra comunidade rural no meio rural que a renda vem da pesca e agricultura ou vice-versa da troca e venda dessas coisas de ou benefícios do governo como bolsa família, a aposentadoria entre outros né* (Servidora 3).

Como ressalta o Silva (2017), para compreender a realidade da diversidade das identidades dos povos da Amazônia é preciso conhecer o processo pelo qual as relações socioespaciais e histórico-culturais estabelecem um sentimento de pertencimento por este território. Com relação às raízes que os ligam ao meio rural, pois tem toda uma trajetória de vida de seus familiares constituída no campo. Nas falas das estudantes assegurar o sentimento de pertencimento, *“que a gente mora na comunidade há 18 anos, mas comecei a estudar na escola da Comunidade Axipicá eu tinha 7 anos de idade”* (Estudante 1).

De acordo com o autor Silva (2017), existe um elo entre estas populações e os ecossistemas. E nesta relação com a natureza que as populações tradicionais constroem todo modo de vida a partir de um conhecimento empírico, que é transferido de pai para filho”. (Silva, 2017 p. 02). Com base neste contexto, pudemos conhecer mais sobre o processo histórico da criação da comunidade e da escola e o deslocamento migratório para a cidade, ou seja, representando a força e resistência no campo durante esse período de busca pelo direito à educação no meio rural. Essas expressões da questão social caracterizam este movimento social no campo na Comunidade de Axipicá pela busca do direito do acesso às políticas públicas entre elas, a efetivação real de política pública de educação.

Cabe destacar também que esses estudantes enfrentam inúmeras dificuldades para acessar a escola na comunidade, pois conforme conta o estudante 01, *“as dificuldades que a*

gente como aluno enfrenta as vezes quando seca muito não tem mais aula ou as situações dos ramais que não conseguir passar o carro da escola como agora. E também, no tempo da cheia a gente tem os ricos de pegar ferrada de arraia, aliás tem muita cobra no meio do matinho e lama nesse porto da escola” (Estudante1).

Como é sinalizado, que na comunidade Axipicá não oferta o ensino médio apenas o ensino fundamental, apresentando o deslocamento migratório com uma das demandas mais pulsante que motivação para o deslocamento.

Sobre esta questão de migrar para buscar melhores oportunidades educacionais, é, “[...] *depende né, aqui não tem aula pra nós e precisamos de alguma forma estudar o ensino médio.* (Estudante 1). Outro ainda aponta que, “*aqui não tem ensino médio, a maioria é obrigado a estudar na cidade e depois de terminar os meus estudos vou volta pra minha casa no interior, mas eu passar na faculdade vou ficar em Oriximiná ou em outro lugar.*”(Estudante 3).

Como ressalta a autora Souza (2021), a educação, através de suas práticas, está viva e presente nas comunidades, está nas relações, na cultura, nas lideranças, na luta e reivindicação por direitos. Está a contação de história feita pelos mais velhos, no sonho de melhoria de vida pelos mais jovens. Está representada e contextualizada na relação que se estabelece com o outro, com a família, os territórios e suas demandas locais e globais.

Para analisar, o acesso à educação no campo na escola da comunidade, é possível identificar a precarização do acesso à educação devido inúmeros fatores decorrentes, segundo as falas que é, “[...] *estipulado pelas escolas, e cada escola tem autonomia para fazer um calendário de acordo com sua realidade. Porque tem o calendário da seca, tem o calendário da Castanha, e o calendário da cheia que é o caso do Sapuquá, ou seja, cada calendário é diferente de uma área para outra* (Educadora 1).

Através da entrevista foi identificado que existe a construção de um específico calendário para contornar os possíveis problemas climáticos, bem como, os dias que são programados para o pagamento dos servidores públicos no município de Oriximiná. Conforme declara a entrevistada, “*essa área aqui da frente da comunidade fica sem acesso quando seca fecha o caminho por onde você veio, aliás tudo isso vira terra e lama aqui na frente e a gente não sai na boca só tem um caminho, e os barcos ou canoas se erra o caminho encalha é complicado essa parte aí. Já terminamos o primeiro bimestre estamos no segundo bimestre que seria terminando agora nós vamos terminar só para o final de julho* (Servidora 1).

Os estudantes da escola da comunidade Axipicá, assim como outras escolas localizadas do campo, passam por adversidades peculiares, as dificuldades enfrentadas pelos alunos daqui da comunidade esta relacionadas com transportes de alunos, e com relação à manutenção das salas e falta de materiais, as cadeiras estão quebradas, a quentura na sala, não tem lâmpadas e não piso apropriado é poeirento ou no caso dos ramais que falta capinar e retirar os entulhos do caminho entre outros fatores.

Para permanência desses estudantes, buscamos conhecer a existência de projetos e ações realizadas para apoiar a permanência e o desejo de prolongamento dos estudos e ingresso no ensino médio. Nesta direção, buscamos conhecer acerca de projetos existentes na escola para saber como os processos de permanência estavam sendo acompanhados, diante de tantos desafios como discutimos até aqui. Mas de acordo com a professora, [...] *ocorreu a tentativa pela implantação do ensino médio e inclusive na comunidade que eu trabalhava no ano passado, esse projeto chamado SOME – que foi implantado nas comunidades rurais.* (Servidora 4)

Um dos desafios para fazer com que o projeto fosse implantado de forma efetiva na comunidade, foi por terem sido construído sem pensar a realidade rural, seus desafios e limitações. Sobre esta questão a Servidora 02 nos comenta que, [...] *a professora que foi selecionada pra cá não se adaptou, pois ela queria volta todos os dias para a cidade depois de dar as aulas... Ela pegou um desses temporais e ficou apavorada e desistiu, daí então todo tempo se pergunta por que não apareceu nenhuma substituta pra ela até hoje se já foi autorizado foi pela SEDUC, mas ficou nesse processo* (Servidora 2).

É importante destacar os impactos e desafios da implementação da educação do campo, é imprescindível para o reconhecimento da identidade da diversidade dos sujeitos do campo elaborando políticas educacionais. Que valorize a identidades e culturas tão específicas como a dos indígenas, povos das florestas, ribeirinhos, quilombolas, assentados, acampados, mulheres campo nessas, entre outras, exige esforço pedagógico e político no sistema educacional nas diversas escolas de comunidades rurais.

Faz-se importante ainda, refletir que as Políticas de Educação implantadas para estudantes de Axipicá em Oriximiná-PA se mostram insuficientes para agir diante das particularidades as quais se apresentam a questão socioeducacional de Axipicá. Conforme aponta uma das servidoras, *“não tem nenhuma política de incentivo para esses alunos que irão cursar o ensino médio na cidade, a não ser os projetos que são oferecidos nas escolas Estaduais em*

Oriximiná, no qual atua com o nivelamento escolar de alunos que tem dificuldades de aprendizagem ou que são refratários como é o caso do Projeto Mundial.”(Servidora 4).

Como é possível refletirmos, as condições para chegar até a escola são precárias, a estrutura escolar demonstrou abandono de descaso para com a comunidade rural/ribeirinha, há uma ausência do Estado como promotor dos direitos, além disso, a realidade socioeconômica das famílias é o retrato da desigualdade no território amazônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados expostos nesta pesquisa, a educação rural/ribeirinha nesta localidade, necessita desenvolver políticas e projetos que sejam implementados conforme as demandas encontradas na escola comunidade rural. A partir do debate aqui realizado, compreendemos que o deslocamento ou êxodo rural/ribeirinho tem sido provocado por vários motivos, mas especialmente na comunidade de Axipicá a ausência do ensino médio na escola rural é o principal.

A situação socioeconômica das famílias, e as condições precárias da educação fazem com que os estudantes sonhem com a ida para escolas com mais qualidade. No entanto, o desejo pelo prolongamento dos estudos é atravessado pela necessidade de trabalhar e melhorar de vida. São inúmeros os fatores presentes na realidade ribeirinha.

Diante disso, observou-se a preocupação desses sujeitos (presidente da comunidade, professores, gestora escolar, pais e estudantes) em questionar uma maior participação do Estado, via políticas públicas e projetos, na garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Dentre as propostas que a comunidade escolar busca, está o projeto de implantação do ensino médio na comunidade rural e também a compra de um transporte seguro para os estudantes, sendo ele um barco escolar que transporte semanalmente os estudantes que irão cursar o ensino médio fora da comunidade.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. Rossetti: **Política social e fundamentos e história** - São Paulo: Cortez, 2016.
- BICALHO, L. *In:Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades*. Greysy Kelly Araújo de Souza (org.) 1. Ed. – Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021. – (Série cadernos Flacso; 19).
- Brasil. Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FERREIRA, F.J.; BRADÃO, E.C. **Educação Do Campo: Um Olhar Histórico, Uma Realidade Concreta**- 2012.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2003.

JACQUES, Moreira, Lima. Francisco Gilvan O fenômeno da “**chegada urbana**” em contraponto ao “êxodo rural”. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, Brasil – 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia** / Charlene Maria Muniz da Silva. - Manaus: UFAM, 2009.

SOUZA, Greyssy Kelly Araújo de. **Práticas Comunitárias Educacionais Brasileiras e suas Territorialidades**. Greyssy Kelly Araújo de Souza (org.) 1. Ed. – Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2021. – (Série cadernos Flacso; 19).

SOUZA, Terezinha Ferreira de. **Modo de Vida de Migrantes Camponeses e a Construção do Espaço Rural**. / Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Rondônia; 2009



Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social